

LUTA PELA TERRA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR CRÍTICO PARA
NOSSA TRAJETÓRIA

LUCHA POR LA TIERRA Y LA EDUCACIÓN DEL CAMPO: UNA MIRADA CRÍTICA
PARA NUESTRA TRAYECTORIA

FIGHT FOR EARTH AND EDUCATION OF THE FIELD: A CRITICAL LOOK AT
OUR TRAJECTORY

Junior Cesar Luna¹

Luiz Bezerra Neto²

Resumo: Este trabalho é fruto de uma proposta de balanço comemorativo dos dez anos de edições da revista *Germinal*, tem por objetivo apresentar uma análise crítica que buscou identificar, a partir de levantamento bibliográfico, as diferentes abordagens sobre a temática da educação do campo e a luta de classe nas publicações da mesma. Procuramos verificar, através do método dialético, como a concepção de educação do campo tem se desenvolvido em torno das leituras marxistas, na tentativa de proporcionar denúncias e de estruturar teoricamente uma luta. Constatamos a partir dos referenciais marxistas, que a busca pelo direito a terra é uma forma de luta limitada no processo de transformação social, porém extremamente necessária.

Palavras Chave: Educação do Campo. Materialismo Histórico. Políticas Públicas Educacionais.

Resumen: Este trabajo es fruto de una propuesta de balance conmemorativo de los diez años de edición de la revista *Germinal*. O principal objetivo é presentar un análisis crítico en busca de la identificación, a través de una revisión bibliográfica, diferentes enfoques sobre la temática de la educación del campo y la lucha de clase en las publicaciones de la misma. Verificar a través del método dialéctico, cómo la concepción se ha desarrollado en torno a lecturas marxistas, hemos intentado no sólo dar a conocer denúncias, sino estructurar teóricamente una lucha. Constatamos, que la búsqueda por el derecho a la tierra es una forma de lucha limitada al proceso de transformación social, pero que resulta extremadamente necesaria.

Palabras Clave: Educación del Campo. Materialismo Histórico. Políticas Públicas Educativo.

Abstract: This work is the result of a proposal of a commemorative balance of the 10 years of *Germinal*'s editions. Its objective is to present a critical analysis that sought to identify, from a bibliographical survey. We try to verify, through the dialectical method, how the conception of rural education has developed around the Marxist readings, in an attempt not only to provide denunciations, but to theoretically structure a struggle. In this way, formulating a problematizing thinking that points to an intense dispute between theory and practice. We find from the Marxist references that the search for land rights is a form of limited struggle in the process of social transformation, but extremely necessary.

Keywords: Education. Historical Materialism. Educational Public Policies.

Introdução

O presente artigo, fruto de uma proposta de balanço comemorativo dos dez anos de edições da revista *Germinal*, apresenta uma análise que buscou identificar, a partir de um levantamento bibliográfico, as diferentes abordagens sobre a temática da educação do campo nas publicações da mesma. Assunto recorrente pela sua importante reflexão sobre a questão da terra, da educação do campo e do agro no

Brasil. Sempre atualizada pela sintonia de seus autores com a realidade das lutas dos movimentos sociais, fazendo com que a amplitude de seus posicionamentos aponte o constante crescimento da relevância deste tema nos debates que procuram estudar a luta de classes no país pela perspectiva da educação camponesa.

Não obstante, procuramos verificar, através do método dialético, como a concepção de educação do campo tem se desenvolvido em torno das leituras marxistas na busca não apenas em proporcionar denúncias, mas de estruturar teoricamente uma luta, assim formulando um pensamento problematizador que aponta para uma disputa intensa entre teoria e prática. Mesmo com tensões entre os mais diversos proponentes de teorias a cerca desta temática, podemos observar que existe um elemento comum que norteia o presente debate, a necessidade de definir bem os conceitos produzidos historicamente, e ainda que a luta pela terra é uma forma de luta limitada no processo de transformação social, porém extremamente necessária.

Assim, pudemos constatar que no ano de 2010, foram publicados três artigos sobre a temática, no ano de 2011 foram publicados outros dois artigos, mais dois em 2012, bem como, temos dois em 2014 e dois em 2015. No ano de 2016 foi publicado um número especial sobre a luta pela terra e educação do campo, que contou com 10 artigos, três textos de debate e uma entrevista, além de documentos sobre a questão. Em 2017 foram publicados mais dois artigos, dos quais, escolhemos alguns para ilustrar a importância da revista no estabelecimento do diálogo com a temática.

As características das produções analisadas

A revista ao publicar artigos a respeito destas questões, promove o debate sobre esta importante temática das mais variadas formas. A exemplo podemos citar as publicações de resumos de teses e dissertações, entrevistas, editoriais, artigos e edição temática. Sendo que o primeiro artigo publicado abordando a questão da educação do campo data de 2010 volume 3 (v.3), número 2 (n.2), tendo por autor Antônio Leonan Alves Ferreira com o título “Da Produção do Capitalismo no Campo em Geral à Produção do Capitalismo no Campo Brasileiro: A Experiência do Acampamento Carlos Marighella (MST/BA)”.

Ferreira defende a ocupação de terras contra a predominância do capitalismo no campo. A responsável pelas fontes de resistência a ordem capitalista dos grandes latifúndios, evidenciando o papel fundamental das escolas do campo no fortalecimento desta luta. Desta forma, a educação funciona como um meio e não como um fim nela mesma.

Baseando seus argumentos em Marx sobretudo no capítulo “*A assim Chamada Acumulação Primitiva*” do livro “*O Capital*”, o autor disserta sobre o processo de acumulação de capital, afirmando que “Esse é o solo histórico que determina, ainda hoje, a vida de milhões de pessoas no Brasil; é o contexto que produz movimentos sociais de luta pela terra nos vários Estados brasileiros; é o contexto que impulsiona a aglomeração na cidade de milhares de trabalhadores na tentativa de superar suas necessidades” (FERREIRA, 2010, p. 133).

Ainda com base nos textos de autores marxistas, Ferreira apresenta uma importante categoria, o

“Trabalho”, essa perpassa toda sua escrita. Por trabalho entende-se “como atividade de autocriação humana, é o impulsionador de todo esse movimento da realidade, como uma categoria social que contém o cerne do processo de trabalho, como também, o cerne do processo de valorização do capital” (FERREIRA, 2010, p. 134).

O capítulo “*A assim Chamada Acumulação Primitiva*” do livro “*O Capital*” também aparece com destaque no artigo de Luiz Bezerra Neto e Jaqueline Daniela Basso na edição de 2011 (v. 3 n.2), onde os autores buscam refletir sobre o processo histórico que culminou na luta do homem do campo pela terra, apresentando uma estreita relação entre esta luta pela terra e a educação, sobretudo o usa desta última como um aparelho ideológico do estado, importante para a manutenção do capitalismo, naturalizando a integração dos indivíduos ao processo de exploração de sua força de trabalho.

Com base em Marx os autores afirmam que:

O processo de acumulação primitiva, ponto de partida do modo de produção capitalista, se baseou na expropriação da base fundiária do produtor rural, ou seja, de suas terras, meios de produção e subsistência. Sem eles, os homens foram obrigados a vender sua força de trabalho. Com a acumulação primitiva, grandes massas humanas foram arrancadas de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários livres, assim, o feudalismo liberou os elementos necessários para o desenvolvimento capitalista (BEZERRA; BASSO, 2011, p. 37).

Para dar consistência às reflexões, no segundo argumento sobre o uso da educação como aparelho ideológico do estado, os autores usam os contundentes apontamentos de Louis Althusser, presentes na obra, “sobre a reprodução”, no capítulo que trata sobre os *Aparelhos ideológicos de Estado*, afirmando que:

A escola capitalista ensina àqueles que a frequentam, ler, escrever, contar e noções científicas rudimentares que serão diretamente utilizadas no processo de trabalho, junto à estas técnicas, a escola transmite normas de bom comportamento, ou seja, condutas que devem ser seguidas de acordo com o posto que se pretende ocupar no processo de divisão do trabalho, além das regras de moral e consciência cívica profissional que induzem à aceitação da dominação de classe (BEZERRA; BASSO, 2011, p. 37).

É importante destacar que, os autores defendem a ideia de uma escola única, de qualidade para todos. Para eles, as especificidades não devem estar nos conteúdos diferenciados entre o campo e a cidade. Esta especificidade, se dá na maneira de proporcionar aos alunos do campo condições específicas de acesso, permanência e condições para que estes sujeitos do campo tenham acesso a uma educação de qualidade.

Assim sendo, podemos inferir que a educação destinada à classe trabalhadora jamais poderá conduzi-lo a uma sociedade livre e igualitária, dado que ela será sempre a expressão das relações de forças estabelecidas entre governantes e governados. Entre a classe detentora do poder e a classe desprovida dos meios de produção. Isso não significa, no entanto, que a educação não seja importante, pois se assim o fosse, a burguesia não se apropriaria dela para si.

A educação é algo tão importante que a classe dirigente jamais admitiu uma escola única, com uma educação igual para todos. Daí a necessidade da classe trabalhadora lutar por um sistema educacional que não bloqueie o acesso da classe trabalhadora a todas as formas de conhecimento e a todo o conhecimento por ela produzido e que, está a serviço da classe dominante. (BEZERRA; BASSO, 2011, p. 44)

Em defesa da especificidade da educação do campo, temos as fundamentais contribuições do movimento intitulado “Por uma Educação do Campo”, tendo este, produzido uma série de 7 volumes que

traz em seu bojo uma síntese do ideário dos envolvidos nesta proposta. Este projeto se originou depois da “Conferência Nacional Por Uma Educação Básica Do Campo”. Este evento se deu em Luiziana - GO de 27 a 31 de julho de 1998. Entre os principais órgãos envolvidos nesta empreitada, temos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seu Setor de Educação e das Pastorais Sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UnB).

Neste grupo de atores fundamentais para o fortalecimento das lutas dos camponeses, temos as indispensáveis contribuições do MST. A revista em questão, vem ao longo dos anos publicando produções importantes que mostram um pouco da luta deste movimento, bem como, seu posicionamento perante as dificuldades apresentadas para transformar as demandas do povo do campo em direitos garantidos com legislação própria.

Suely Aparecida Martins e Franciele Soares dos Santos na edição de 2012 (v. 4 n. 1) apresentam resultados de duas pesquisas realizadas no período de 2006 e 2008, com participantes do MST com o objetivo de demonstrar o processo de formação política do movimento, que segundo elas se desenvolve a partir da experiência/vivência nos espaços coletivos, tendo o historiador marxista Edward Palmer Thompson como principal referência para fundamentar seus argumentos a partir da categoria Experiência e como esta categoria se relaciona com o processo de formação de consciência de classe.

Ainda na mesma edição (v. 4 n.1, 2012), falando sobre os cadernos do movimento “Por uma formulações se aportam” (ITTON, 2012. P. 111). Buscou-se ainda analisar a aplicabilidade das demandas do movimento via Ministério da Educação e Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O autor constata e valoriza o importante papel do MST em conjunto com o movimento social nas conquistas das políticas públicas visando a melhoria da qualidade do ensino e conseqüentemente na qualidade de vida da população rural, porem em sua conclusão faz a contundente assertiva,

Mas na política pública e na reconfiguração do Estado que de fato o governo realiza, reforça o potencial destrutivo do capital, dando-lhe amplo espaço para gerar a barbárie de forma legal e sob sua proteção. Com isso, encarcera as disputas na institucionalidade, encaminhando as soluções para o interior do Estado. Nesse movimento vai impondo limites às lutas sociais, mantendo-as sob a tutela dos interesses do capital, que o comanda. Esse processo é ampliado pela retomada da articulação e da influência de setores da extrema-direita e da direita, que no campo articulam-se em organizações com inserção na política do Estado, como é o caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, cuja presidenta atual é também senadora da República. No caso da educação do campo, o atendimento via políticas públicas é praticamente restrito a programas de governo, sem perspectiva de continuidade, na forma de projetos periódicos. Os dados das políticas públicas demonstraram que não há intenção do governo de articular um projeto educacional que vise atacar de fato os problemas educacionais do campo, mantendo o projeto educacional atrelado ao projeto de desenvolvimento dominante no campo hoje, a saber, o avanço do capital sobre a agricultura (ITTON, 2012. P. 120 - 121).

Continuando no tema das políticas públicas Marilisa Miranda de Souza no v. 4 n. 2 (2012) faz uma descrição analítica com vistas a “interpretar a realidade objetiva e subjetiva através dos termos e das categorias totalidade, contradição, ideologia e práxis, estudando as relações sociais e econômicas que

determinam a educação do campo e a produção das ações concretas dos sujeitos históricos que dela fazem parte” (SOUZA, 2012). Em conjunto com esta análise e no contexto da realidade do Estado de Rondônia na década de 1990 a autora constata que:

A pesquisa revelou que a educação do campo reflete os interesses econômicos do imperialismo, em aliança com as classes burguesas latifundiárias, em oposição aos das amplas massas de trabalhadores do campo. Revelou, ainda, que esses interesses se processam também no âmbito da cultura, no qual se estimula o individualismo e o misticismo, subjugando a cultura nacional por meio dos processos de aculturação camuflados pelo discurso de modernidade; que as políticas educacionais do Banco Mundial para os camponeses se revestem de um caráter “humanitário”, de “justiça social” e “combate à pobreza” e se concretizam prioritariamente na oferta do Ensino Fundamental, visando, sobretudo, conter a luta de classes, manter as classes dominadas sob controle, prepará-las para o trabalho cada vez mais precário e, principalmente, para servir ao agronegócio; revelou que a educação dos movimentos da Via Campesina, por possuir os mesmos fundamentos que a educação proposta pelo imperialismo, se aliou à burocracia do Estado, ao governo do PT por meio do *Movimento Nacional por uma Educação do Campo*, retirando a máscara da proposta de educação crítica que reivindicava para os camponeses, ao contrário, se reveste de uma concepção revisionista e deformadora do marxismo, ligada aos princípios liberais pós-modernos, explicitamente definidos num ecletismo pedagógico anticientífico que serve ao objetivo imperialista de aplacar a luta de classes no campo e impedir a aliança operário-camponesa (SOUZA, 2012 p. 118).

Além do que apresentamos até o momento, existe a preocupação com a formação docente, uma outra área problematizada na educação do campo que tem ganhado espaço nos últimos anos, devido a sua importância na formação de uma identidade, e o reconhecimento desta, entre professores e alunos das escolas do campo. Adriana D’Agostini e Mauro Tilton são os primeiros a tratar deste tema no v.6 n.1 (2014). Após a descrição de alguns aspectos históricos importantes, como o registro das primeiras turmas de Licenciatura em Educação do Campo que “iniciaram em 2007, com quatro universidades para realizarem experiências pilotos, são elas: Universidade Federal de Brasília (UNB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS)”, posteriormente efetivado como política pública através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), os autores constataram que:

Com a ampliação dos cursos percebeu-se uma diversificação das perspectivas e de concepções teórico-metodológicas para educação do campo, pois isto depende do grupo/equipe que propõem e sugere o curso em cada Universidade. Constatou-se também que a partir do momento em que os cursos passam de especiais para regulares nas universidades as dificuldades e a perda de autonomia político pedagógica na elaboração dos projetos é maior pela necessidade de adequação à estrutura universitária e às questões burocráticas. Com os concursos tem-se ingresso de professores com experiência em educação do campo; outros com experiência na área de formação, mas não em educação do campo; professores com diferentes concepções de educação do campo, o que tem provocado muita diferença entre os currículos e formação nestes cursos no Brasil (D’AGOSTINI e TITTON, 2014 p. 156).

Esse olhar crítico dos autores, certamente é uma tentativa de fortalecer a visão revolucionária inicialmente apresentadas em demandas desta natureza da qual compactuamos, que de maneira geral, e seguindo sempre a mesma lógica a seguir: Existe uma demanda da população trabalhadora e empobrecida, esta demanda é combustível para as reivindicações dos movimentos sociais, depois de muita luta, conquista-se mesmo que minimamente o reconhecimento desta demanda por parte do poder público.

Quando esta conquista se efetiva ela torna-se política pública, que na maioria das vezes desconfigura a essência demanda original e atende de forma parcial as necessidades dos trabalhadores. Olhando ainda este movimento, o que mais nos chama atenção, são as mudanças ocorridas no processo de transformação da demanda dos trabalhadores organizados para uma política pública com o desmantelamento das características revolucionárias. Transformando o poder de organização revolucionário das demandas e transformado na maioria das vezes em ferramentas de controle do *status quo*, ou seja, usam de nossas lutas para formular ferramentas de controle dos movimentos.

Observando a situação estrutural da lógica do capital no campo, Cláudio Félix dos Santos e David Romão Teixeira no v. 6 n. 2 (2014) levantam algumas questões para analisar a conjuntura, mas de antemão reconhecem que “É inegável a ampliação e participação do Estado brasileiro na Educação do Campo no governo Lula e Dilma por meio da implantação de legislação específica, bem como da ampliação de programas e projetos tanto para Educação Básica como Superior”. Reconhecemos que esta participação aumentada do estado nos governos do Partido dos Trabalhadores é sem dúvida resultado das lutas históricas da classe trabalhadora, porém percebemos nestas conquistas de políticas públicas a lógica que apresentamos no parágrafo anterior.

Sobre este mesmo aspecto, o da valorização das conquistas dos movimentos sociais do campo e o distanciamento entre a reivindicação inicial e a efetivação destas convertidas em políticas pelo Estado, temos as contribuições dos pesquisadores Luiz Bezerra Neto, Flávio Reis dos Santos e Maria Cristina dos Santos Bezerra no v.8 n.2 (2016). A partir dos apontamentos feitos neste volume, podemos entender melhor a importância das incansáveis lutas travada pelos principais nomes envolvidos na linha de frente dos movimentos sociais que lutam pela educação do campo, no entanto, para concluir o artigo desta edição, é apresentado uma importantíssima informação sobre o predomínio das exigências do capital internacional que influenciou diretamente em muitas conquistas nacionais. Para tanto, os autores afirmam que:

Não podemos nos afastar do entendimento de que as medidas, projetos, programas e políticas para a educação a partir da década de 1990, decorrem ou são influenciadas direta e/ou indiretamente pelas proposições resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien), realizada por instituições multilaterais internacionais a serviço e em defesa do grande capital, assentada na fundamentação empresarial privada neoliberal (BEZERRA et al., 2016, p. 97).

E para finalizar conclui que:

Insistimos que uma das mais importantes funções do Estado na sociedade contemporânea é resguardar a hegemonia da conformação mercadológica da educação, cada vez mais submissa às exigências e determinações das empresas multinacionais e do capital internacional, que coordenam e conduzem a expansão do agronegócio em nosso país (BEZERRA et al., 2016, p. 98).

É importante lembrar que o volume 8 desta revista, dedicou atenção especial para o debate sobre a temática da luta pela terra e a educação do campo. O debate crítico é uma característica essencial que aparece de forma concreta no número 2 da edição 2016, com editorial e entrevista feita pela doutora Adriana D’Agostini. Ademar Bogo, o entrevistado deste número, apresentou de forma objetiva e sucinta sua trajetória na militância conjunta com os movimentos sociais do campo, respondeu as questões relativas ao tema do contexto da luta pela terra e as suas relações com a educação do campo e perto do fim da

entrevista sobre a contribuição do materialismo histórico para a formação da classe trabalhadora. Ao argumentar sobre o marxismo, ou melhor, sobre o método materialista histórico ele diz que: “ajuda a compreender que a luta pela terra é uma forma de luta limitada no processo de transformação social. Seus resultados podem contribuir para o fortalecimento da classe camponesa como também, para apenas elevar os indivíduos ao grau de proprietários de terra” (2016).

Em concordância com os demais artigos publicados nessa edição, Bogo ainda se referindo ao materialismo, reafirma a função desmistificante deste método, ou seja, “O materialismo desvenda o processo de alienação econômica e todas as formas de alienação, permite compreender as contradições em seus diferentes níveis e a estabelecer quais são as tarefas históricas a serem cumpridas pelas organizações de classe” (2016).

Posterior a esta edição de 2016 temos mais dois artigos e três resumos publicados no número seguinte e em 2018 mais um artigo. Pelos aspectos apresentados, constatamos um alinhamento dos temas tratados dentro da luta pela educação do campo, notamos um grande esforço na fundamentação teórica baseada no método materialista, apontamentos críticos de extrema importância para o crescimento dos que desejam se debruçar sobre a luta dos trabalhadores do campo.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada nestes periódicos, pudemos constatar que a Revista *Germinal*, em seus dez anos de existência, tem trazido grande contribuição para o debate sobre a Educação no Campo, principalmente quando problematiza a questão da luta pela terra e por acesso à escola por parte daqueles que habitam nas áreas rurais.

Foram publicados ao longo destes anos, vinte e três artigos, três textos para debates, editoriais, vários documentos e entrevistas sobre a questão da terra e da educação do campo, trazendo à tona uma discussão que sempre aparece na sociedade, mas nem sempre numa perspectiva marxista, como realizado pela revista.

Os textos aqui discutidos compõem parcelas importantes do debate realizado no Brasil, sobre a temática. Assim, esta revista tem se tornado um importante veículo de discussão e reflexão que pode, de certa forma, ajudar a impulsionar a luta pela libertação dos povos que vivem no campo, das coisas do campo.

Cabe concluir que embora não seja uma revista que se dedique exclusivamente ao debate da questão agrária, dado o seu caráter plural, em relação aos temas propostos para debate, ela cumpre papel essencial na luta dos trabalhadores, em busca de uma sociedade, livre, igualitária e fraterna, como convém a todas as pessoas que são capazes de viver a solidariedade humana.

Referências

NETO, Luiz Bezerra; BASSO, Jaqueline Daniela. MARXISMO, CAMPO E EDUCAÇÃO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 36-45, jun. 2012. ISSN 2175-5604. Disponível

em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9451/6883>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v3i2.9451>.

BEZERRA NETO, Luiz; SANTOS, Flávio Reis dos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. EDUCAÇÃO COMO DIREITO UNIVERSAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA AS POPULAÇÕES RURAIS. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 89-99, dez. 2016. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/18245/13063>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v8i2.18245>.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 155-173, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10218/8938>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i1.10218>.

D'AGOSTINI, Adriana. EDITORIAL: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 1-4, dez. 2016. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20510/13052>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v8i2.20510>.

FERREIRA, Antonio Leonan Alves. Da Produção do Capitalismo no Campo em geral à Produção do Capitalismo no Campo Brasileiro: a experiência do Acampamento Carlos Marighela (MST/BA). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 132-147, jun. 2010. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9589/7013>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v2i2.9589>.

MARTINS, Suely Aparecida; DOS SANTOS, Franciele Soares. A FORMAÇÃO POLÍTICA DE MILITANTES DO MST: RELATOS DE PESQUISAS. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 82-91, mai. 2013. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9406/6844>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9406>.

SANTOS, Cláudio Félix dos; TEIXEIRA, David Romão. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA DE CLASSES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: QUESTÕES PARA ANÁLISE DA CONJUNTURA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 174-183, out. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10547/8939>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i1.10547>.

SOUSA, Marilsa Miranda de. ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA SINTONIA COM O IMPERIALISMO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 110-120, jul. 2013. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9390/6828>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v4i2.9390>.

TITTON, Mauro. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA NECESSÁRIA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 111-123, mai. 2013. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9409/6847>>. Acesso em: 09 Mai. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9409>.

Notas:

¹ Graduação e Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Educação do Campo e Administração Escolar pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira, Doutorando em Educação e membro

do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo-GEPEC da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. Email: prof.juniorluna@hotmail.com

² Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo com Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Federal de São Carlos, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo GEPEC e Coordenador do Curso de Pedagogia da Terra da UFSCar. Email: lbezerra.ufscar@gmail.com